

Introdução

Em 1986, aquando da adesão às Comunidades Europeias, muitos esperavam, em Lisboa, Bruxelas e outras capitais, que o fosso de desenvolvimento entre Portugal e o resto da Europa fosse vencido a prazo certo. Afinal, a entrada nas Comunidades selava o fim de um longo período de abertura económica do país, que estava, finalmente, em condições de se adaptar à nova concorrência da Europa e do resto do mundo. Eram seguramente esperadas algumas dificuldades e a história já havia ensinado aos governos europeus e a Bruxelas que os processos de recuperação do atraso não são necessariamente automáticos. Por isso, a adesão de Portugal, assim como da Espanha e, anteriormente, da Grécia e da Irlanda, foi acompanhada pela criação de fundos de apoio à reestruturação económica.

Num momento inicial, isto é, sensivelmente entre a data de adesão e o princípio do fim do governo de Cavaco Silva, a pertença às Comunidades teve um impacto positivo na economia portuguesa. Embora a verdadeira extensão desse impacto seja difícil de medir, a verdade é que houve uma série de transformações sociais, económicas e políticas que dificilmente se podem dissociar da entrada nas Comunidades. Entre as transformações que mais claramente se podem ligar ao novo contexto internacional contam-se as melhorias na qualidade da governação, o aumento do investimento em infra-estruturas e em capital humano, a evolução e transformação do sector exportador e o aumento do investimento estrangeiro no país. No fundo, a pertença às Comunidades implicou a consolidação de prioridades políticas, empresariais e individuais que levaram à alteração do quadro em que a economia portuguesa trabalhava.

É preciso ter em atenção que essas transformações não foram um corte radical com o passado, mas sim o culminar de um processo de transformação longo e demorado que, inclusivamente, teve alguns reveses. A história da abertura da economia portuguesa é mais parecida com o

que se passou no resto do continente europeu do que muitas vezes é reconhecido, com flutuações muito próximas na evolução do grau de abertura. Como noutros países, também a adesão foi um marco, porque tornou esse processo de abertura virtualmente irreversível. Para além disso, a pertença à Comunidades implicou que Portugal prosseguisse na abertura que ainda restava fazer e ao ritmo dos restantes parceiros comunitários. Assim, em 1992, Portugal passou necessariamente a fazer parte do mercado único e, por opção política, a partir de 1999, também se associou à moeda única.

Todavia, se entre sensivelmente 1986 e 1992 a economia portuguesa teve uma evolução positiva, a partir de 1992 começou a marcar passo. De facto, desde então, o rendimento médio e a produtividade do trabalho e do capital passaram a crescer a ritmos mais lentos, não permitindo que Portugal se aproximasse dos níveis médios europeus. Acresce que as mais recentes estimativas de organismos internacionais, como a OCDE, apontam para uma das mais baixas taxas de crescimento económico potencial para Portugal, quando se deveria esperar que ela fosse das mais elevadas, dada a sua posição de partida junto dos países menos produtivos e menos eficientes do mundo industrializado.

Apesar da importância do tema, a verdade é que há um enorme défice de trabalhos empíricos acessíveis a um público mais geral sobre a economia portuguesa dos últimos trinta anos. Os problemas da economia portuguesa têm um lugar saliente nos *media* e nos tempos mais recentes têm saído alguns livros que de certa forma são um prolongamento das análises jornalísticas. Os trabalhos de Álvaro Pereira (2009) e Vítor Bento (2009) são os melhores exemplos de esforços de compreensão dos problemas económicos nacionais, mas ainda numa perspectiva de divulgação e de ajuda à colocação dos problemas. Estes livros procuram, acima de tudo, identificar os problemas estruturais que atrasam o crescimento económico do país. O primeiro deles associa as dificuldades económicas nacionais ao contexto histórico e internacional, cujo desenho não pode ser facilmente alterado por políticas domésticas, dando por isso uma perspectiva menos dramática sobre o presente e, por conseguinte, sobre o futuro. O autor do segundo livro é talvez mais surpreendido pelas deficiências económicas e, numa esteira que tem raízes pelo menos em Oliveira Martins, o historiador do século XIX, conclui que as soluções passam por reformar mentalidades e vontades, o que, sendo verdade, tornaria o caminho da recuperação e convergência virtualmente impossível. As limitações deste tipo de trabalhos não devem, todavia, esconder o facto de que são fundamentais na ajuda ao desenho da investigação.

Afinal, são os exercícios especulativos que melhor nos levam à formulação das hipóteses a testar.

É muito importante que a economia portuguesa seja alvo de atenção, mas é ainda mais importante que essa atenção resulte em análises sólidas do ponto de vista teórico e empírico. O defeito que mais frequentemente se encontra numa apreciação rápida dos escritos mais correntes diz respeito à ausência de testes empíricos sobre a direcção de causalidade em determinados modelos. Nos últimos anos, a econometria tem evoluído de forma muito significativa no estudo da determinação de relações de causalidade entre variáveis. Afinal, não basta saber que o crescimento se relaciona com o bom governo, com o investimento ou com a educação: é preciso também saber – ou pelo menos tentar saber – se são variações na evolução daqueles agregados que levam a variações no crescimento ou se é o contrário. Muitas teorias populares sobre as causas do crescimento ou atraso económico não sobrevivem aos testes empíricos relativos à determinação de causalidade. O exemplo da importância da educação é um desses casos, mas há muitos outros, como a importância de instituições como os bancos, ou do comércio externo e do investimento estrangeiro. Só estudos aprofundados com bons dados quantitativos e impecáveis análises econométricas nos permitem ultrapassar as limitações inerentes a muitas interpretações populares. Deve, todavia, advertir-se que os estudos mais aprofundados nem sempre levam a respostas claras e definitivas.

Este livro propõe-se seguir o caminho da análise mais rigorosa. O livro não está, obviamente, sozinho e já existe algum trabalho importante sobre o tema, como a obra editada por Francesco Franco (2008), que reúne um conjunto importante de trabalhos sobre a situação recente da economia portuguesa, de que gostaria de destacar os capítulos de José da Silva Lopes, Richard Eckaus e Vítor Constâncio. Esses capítulos colocam o estudo da economia portuguesa na correcta perspectiva comparada, revelando com isso a verdadeira dimensão dos problemas. Todavia, para se ter uma ideia do pouco que há para ler sobre a economia portuguesa recente, é obrigatório consultar a bibliografia dessa obra. Devem ainda destacar-se os trabalhos levados a cabo no âmbito dos gabinetes de estudos da OCDE, do Banco de Portugal e da Comissão Europeia.¹

¹ V., por exemplo, OCDE (2003) e O'Mahony e van Ark (orgs.), que se destacam como trabalhos que interessam à análise do caso português numa perspectiva comparada. V. também André Sapir, org. (2004), e A. Pinto Barbosa (1999), que apresentam perspectivas mais optimistas que ainda não foram, todavia, concretizadas.

Este livro explora um filão até agora menos explorado que é o dos trabalhos sobre Portugal publicados em revistas de economia, a nível internacional. O objectivo principal é procurar uma explicação geral dos problemas do fraco crescimento económico nacional através de uma leitura conjunta desses trabalhos. Deixámos que o critério de selecção falasse por si, nomeadamente quanto aos temas abordados, quanto aos períodos, ao quadro comparativo e à metodologia. A selecção resultou num conjunto que fornece uma leitura coerente, complexa e aprofundada dos problemas da economia portuguesa. Os temas de que o livro trata são reveladores dos principais problemas da economia portuguesa, nomeadamente: os efeitos da política monetária da zona euro na economia portuguesa; os efeitos dos ajustamentos da política orçamental; inovação e eficiência das empresas portuguesas; determinantes do investimento estrangeiro; concorrência externa e especialização internacional; convergência regional; investimento público; disparidades salariais; desemprego e regulação. Claramente, estes são temas fundamentais da análise do crescimento da economia portuguesa.

As questões relacionadas com a adesão ao euro aparecem como primordiais e por isso abrem o livro. Estas questões são fundamentais porque o euro fez com que Portugal se tivesse de adaptar a uma política monetária dirigida para o cumprimento de determinados objectivos – nomeadamente o controlo de inflação – de uma vasta zona económica com características fundamentalmente diferentes das da economia portuguesa. O capítulo 1, de Manuel Mota Freitas Martins, conclui que as taxas de juro de curto prazo determinadas pelo Banco Central Europeu foram demasiadamente baixas para Portugal, tendo em atenção o nível da inflação e o hiato do produto deste país. Taxas mais elevadas poderiam ter dado lugar a uma situação mais favorável do nível de poupança e de investimento nacionais e a uma menor dependência do endividamento externo.

O capítulo 2, de Vítor Gaspar e Miguel St. Aubyn, de algum modo complementa essa primeira análise, dando uma perspectiva comparada do ajustamento ao euro das economias portuguesa e espanhola. Segundo os autores, a participação na moeda única trouxe a estes dois países o aumento da despesa agregada, isto é, dos gastos dos indivíduos, das empresas e do Estado, a deterioração das contas externas, dado que as importações de bens e serviços cresceram mais depressa do que as exportações, o aumento da dívida externa para pagar os défices crescentes e, finalmente, a apreciação real da moeda, dado o valor médio da inflação nestes países. Perante este cenário, os autores perguntam como

reagiram os dois governos e em que medida essas reacções agravaram ou não as tendências negativas que encontraram e concluem que o governo espanhol reagiu de forma mais positiva do que o português, contribuindo assim para atenuar os efeitos negativos do ajustamento ao euro, mas concluem também que o impacto final dos diferentes comportamentos da política orçamental não foi determinante.

O capítulo 3, de Ana Paula Faria, analisa o processo de adopção e difusão de novas tecnologias por parte de um conjunto de empresas portuguesas. A principal conclusão a que a autora chega é que a adopção e difusão de novas tecnologias depende em maior medida da localização, sendo que a localização em distritos já com alguma tradição industrial traz vantagens. Nesta análise perdem importância como explicação da inovação tecnológica a dimensão das empresas ou o tipo de propriedade, se nacional ou estrangeira. A autora enumera ainda outros factores favoráveis à inovação, como o grau de qualificação do trabalho, o investimento em investigação e desenvolvimento, a estratégia do produto, o número de unidades produtivas e o nível de concorrência no exterior. Conclui ainda que as empresas multinacionais não se diferenciam na criação de condições favoráveis à inovação. Finalmente, conclui que o investimento em capital tem um papel importante na adopção de inovações e que há um hiato muito grande ainda a preencher quando as empresas portuguesas são comparadas com os níveis de produtividade de um conjunto de países mais avançados, revelando a parcela da fraqueza relativa das empresas que deve ser atribuída a factores endógenos e não apenas aos chamados custos de contexto.

A qualidade do investimento depende, entre outros factores, da capacidade empresarial de quem investe e em alguns países, como Portugal, essa capacidade pode ser mais elevada se for importada. É por isso que se pode esperar que as multinacionais tenham um papel importante na introdução de novas tecnologias, novas competências ou melhores práticas de gestão. Esses aspectos são estudados no capítulo 4, de Natália Barbosa, onde se procura determinar as razões que levaram as multinacionais a escolher Portugal, no período de mais forte importação directa de capitais, durante a década de 1980 e inícios da seguinte. Conclui-se que as multinacionais procuraram custos de produção mais baixos, mas não apenas relacionados com os custos salariais, e as localizações mais favoráveis. Segundo a autora, as multinacionais instaladas em Portugal durante o período em análise escolheram sectores e localizações explorados por outras multinacionais já existentes. Em geral, também não houve um processo significativo de integração com sectores ou indústrias adja-

centes ou complementares. Finalmente, conclui a autora que o desempenho das multinacionais estudadas não se diferenciou de forma significativa do desempenho médio das empresas portuguesas.

Helena Marques, no capítulo 5, estuda a especialização internacional da economia portuguesa, dando particular atenção às alterações trazidas pelo alargamento da União Europeia aos países de Leste. A autora identifica a evolução das vantagens comparativas nacionais e as suas conclusões revelam problemas que devem ser considerados com algum cuidado. As vantagens comparativas, ou, por outras palavras, a capacidade de exportação da economia portuguesa, estão naturalmente associadas à dotação de recursos do país, que favorece a produção de sectores com uso mais intensivo de mão-de-obra, como é o caso do sector do calçado e outros semelhantes. Esse padrão tem uma certa persistência em Portugal, apesar de se poderem notar algumas melhorias, mas o ritmo dessas mudanças fica aquém das alterações mais rápidas registadas a leste. As mudanças nesta parte da Europa põem em causa a capacidade de concorrência de Portugal em alguns mercados. A maior rapidez da mudança em Portugal dependerá naturalmente da facilidade com que os empresários conseguirão deslocar os seus investimentos para sectores mais competitivos e da capacidade da força de trabalho em mudar para tarefas tecnologicamente mais sofisticadas. Essa mudança, segundo a autora, beneficiaria de medidas que promovessem a mobilidade sectorial e regional, algo em que, aventa, as políticas públicas se poderiam concentrar.

A mobilidade regional do investimento e do emprego em Portugal, mais uma vez no contexto europeu, é um dos temas centrais do capítulo 6, da autoria de Nuno Crespo e Maria Paula Fontoura. Os autores analisam a evolução da distribuição regional da indústria, que é depois relacionada com as alterações no contexto internacional trazidas pela adesão às Comunidades Europeias. Segundo os autores, a indústria portuguesa conheceu uma redução significativa dos níveis de concentração regional, com o desenvolvimento de pólos industriais já existentes ou o desenvolvimento de novos pólos, e a redução da importância das regiões do Grande Porto e, em particular, da Grande Lisboa. Esta transformação, a todos os títulos significativa, foi o resultado, acima de tudo, do aumento do peso do sector dos serviços nas áreas inicialmente mais industrializadas e da redução dos custos internos de transporte, associada à melhoria da rede de infra-estruturas industrializadas. A maior dispersão da actividade industrial acabou por também resultar numa maior convergência das estruturas económicas das várias regiões do país. Estas con-

clusões apontam para a existência de um certo nível de mobilidade dos factores de produção, nomeadamente do capital e do trabalho, a nível regional e sectorial. A mobilidade dos factores e a mudança estrutural estão no centro das preocupações das análises sobre a especialização internacional da economia portuguesa e sobre a evolução da estrutura da economia nacional. O contraste entre esses dois campos é importante, já que leva a concluir que houve mobilidade suficiente para alterar a estrutura da economia nacional, mas não a estrutura das vantagens comparativas, isto é, das exportações, do país. O contraste entre estes dois resultados é significativo do alcance das transformações ocorridas, concluindo-se que houve mudança, mas que não foi suficiente.

Seguindo a preocupação com a análise de alterações na estrutura regional da economia portuguesa, o capítulo 7, da autoria de Alfredo Marvão Pereira e Jorge Andraz, estuda o impacto do investimento público em infra-estruturas na composição regional do produto nacional. Os autores começam por estimar o impacto agregado desses investimentos, concluindo que ele é significativo, pois, segundo apontam, há uma relação positiva entre a evolução do esforço do investimento público e o investimento privado, fruto da complementaridade entre esses dois tipos de investimento. A análise do impacto regional envolve a estimativa de efeitos directos no produto regional e também de efeitos indirectos. Segundo os autores, os efeitos directos foram importantes nas regiões periféricas do Norte e do Algarve, enquanto os efeitos indirectos levaram a um maior crescimento das regiões do Centro, em particular da Grande Lisboa. Esta última região acabou por beneficiar de forma desproporcional relativamente ao peso na economia nacional, o que significa que os investimentos públicos em infra-estruturas contribuíram para uma maior concentração do PIB a nível regional. Mais uma vez se deve concluir que essa maior concentração regional ocorreu por via do aumento relativo do peso do sector dos serviços, já que o sector industrial conheceu uma maior dispersão regional.

O capítulo 8, de Ana Rute Cardoso, estuda as alterações na dispersão salarial em Portugal resultantes do progresso técnico. A autora começa por reconhecer o elevado grau de flexibilidade dos salários em Portugal, assim como a sua grande dispersão entre diferentes sectores de actividade e entre sexos. Passa depois à análise das causas por trás da evolução dessas características. A primeira conclusão a que chega prende-se com o facto de a dispersão salarial ser afectada positivamente pelo prémio que as empresas estão dispostas a pagar aos licenciados, sendo que isso teve um efeito importante no aumento da dispersão salarial em Portugal nos

níveis salariais mais elevados. O mesmo não aconteceu, todavia, nos níveis salariais mais baixos onde não houve aumento de dispersão salarial. Os salários mais altos pagos aos licenciados devem-se ao aumento da procura de trabalho para sectores tecnologicamente mais avançados. Na parte dos salários mais baixos, a manutenção dos níveis de dispersão poderá estar associada, segundo a autora, à existência de um enquadramento institucional marcado pelos contratos colectivos e pela acção dos sindicatos. É importante realçar que deste capítulo se retira a conclusão de que alguns segmentos do mercado de trabalho em Portugal mostram sinais de flexibilidade e de resposta às necessidades da economia, em particular de trabalho qualificado.

A análise do mercado de trabalho prossegue no capítulo 9, da autoria de Pedro Portugal, que começa por notar a elevada duração do desemprego, que, segundo conclui, está directamente associada a elevados níveis de protecção. O autor defende que as regras de atribuição do subsídio de emprego deveriam ser alteradas para não terem tantas implicações na duração do desemprego, nomeadamente no que diz respeito ao montante atribuído, que deveria passar a depender da acumulação dos descontos, e não da idade. Defende ainda que as empresas que mais recorrem aos despedimentos sejam por isso penalizadas para internalizar parte dos custos sociais da diminuição da oferta de desemprego. É importante ter em consideração os custos directos da legislação do subsídio de desemprego, pois assim ela pode ser desenhada de forma mais favorável, atendendo aos objectivos a alcançar.

O último capítulo, da autoria de Pedro Pita Barros, analisa a evolução da regulação nacional no contexto da regulação na União Europeia. O autor procura determinar a interacção entre as instituições nacionais de regulação e as suas congéneres europeias. Há diferenças importantes na acção desses dois níveis de regulação, apesar do esforço de harmonização, decorrentes de diferentes níveis de atenção prestados a consumidores e a produtores por parte das entidades reguladoras nacionais. É importante compreender estas tensões entre instituições nacionais e internacionais, pois elas ajudam à definição do enquadramento da actividade económica a nível nacional e europeu. E essa análise é particularmente importante no caso da regulação, que, juntamente com o caso da defesa do concorrência nos mercados, é o aspecto mais importante da influência da integração nas instituições nacionais, em Portugal como nos demais países da União Europeia.

Os capítulos deste livro dependem em grande medida da formulação de hipóteses concretas, da modelização e da realização de testes em-

píricos. São necessariamente focados aspectos parcelares, a análise é limitada ao que se pode quantificar e as conclusões dependem da profundidade dos testes levados a cabo. É por isso muito importante debater as formulações e os resultados para que se possam conhecer melhor as implicações mais gerais e as limitações mais importantes. A análise é feita a seguir a cada capítulo, com a apresentação de comentários e das respostas dos autores. A leitura dos comentários e da discussão é extremamente importante para se perceber a extensão das conclusões propostas pelos autores dos capítulos. Esse debate é indicativo dos objectivos mais gerais que este livro pretende atingir. Em primeiro lugar, trata-se de conseguir passar a mensagem de que a discussão sobre os problemas actuais da economia portuguesa deve envolver análises cuidadosas e trabalhosas. Em segundo lugar, que essas análises podem ter problemas, mas alcançam sempre um objectivo fundamental, que é o de colocar a discussão num patamar mais rigoroso. Finalmente, procura-se mostrar que a compreensão dos problemas económicos requer uma visão de conjunto baseada em estudos parcelares. Essa visão de conjunto é tão importante pelas conclusões que possa trazer como pelo aviso que fornece de que não há respostas definitivas nem soluções determinantes.

Se o leitor concluir, ao terminar este livro, que, afinal, não é possível desenhar um plano para devolver o crescimento à economia portuguesa, o livro terá alcançado um dos seus objectivos. É que, em todo o caso, aquilo que deve ser feito deve depender de uma miríade de escolhas e acções, individuais e institucionais, guiadas por mãos muito pouco visíveis, sem certezas e sem dogmas. Todavia, esperamos que se possa concluir algo mais, a saber, que o estudo dos problemas das últimas duas décadas da economia portuguesa passa pelo estudo das consequências da adopção da moeda única, da inserção da economia portuguesa numa União Europeia maior e cada vez mais competitiva, da evolução dos níveis de investimento, nacional e internacional, privado e público, da rapidez da adopção de novas tecnologias, do desenvolvimento das infra-estruturas, do comportamento do mercado de trabalho ou da evolução da regulação económica. Em todos estes segmentos da actividade houve avanços quase sempre insuficientes e os próximos passos na busca de um melhor entendimento dos problemas devem ser os de procurar saber por que é que esses avanços não foram mais rápidos.

Agradecimentos

Este livro nasceu de um projecto que teve algum tempo de maturação, e ainda mais de realização, justificados pelos objectivos relativamente ambiciosos que se colocaram à partida. Ao escrever a introdução do 3.º volume da *História Económica de Portugal* (Lains e Silva, orgs., 2005) reparei que consegui esboçar um quadro explicativo para a evolução da economia portuguesa ao longo de quase todo o século XX, mas com a excepção da desaceleração verificada na viragem do século. Afinal, a economia portuguesa conhecia uma crescente abertura ao exterior e beneficiava de sucessivas transformações que a deveriam ter tornado mais competitiva e, apesar disso, o grau de aproximação aos níveis de produtividade e de rendimento relativamente às economias europeias com as quais se integrava começou a desacelerar a partir de meados da década de 1990. A bibliografia existente não era suficiente para responder à questão de saber por que estava isso a acontecer, apesar de um grande número de esforços parcelares, sobretudo porque, com algumas excepções, a maior parte dos estudos pecavam por serem pouco sofisticados em matéria de modelização e aparato econométrico.

Acontecia que se tornava evidente que existia uma série de trabalhos publicados em revistas económicas de qualidade e cabia então perguntar se a leitura conjunta desses trabalhos mais rigorosos forneceria algumas pistas importantes para explicar melhor o que se passava. O primeiro exercício foi então o de seleccionar artigos já publicados em revistas de economia (e, naturalmente, em inglês) e pedir aos respectivos autores que os traduzissem para português e procurassem reduzir o aparato técnico, uma vez que esse aparato estaria sempre disponível nos originais. Nesta fase tive a ajuda, desde logo, dos autores, que aqui sinceramente novamente agradeço, e de um número de colegas que me ajudaram nessa selecção, nomeadamente Álvaro Aguiar, José Tavares, Miguel Lebre de Freitas, Miguel St. Aubyn e Pedro Pita Barros, entre outros.

Não bastaria, todavia, ter esses trabalhos em formato de publicação em livro. Era preciso também discuti-los e usar essa discussão para tentar compreender melhor o que deles se poderia retirar. Assim, organizámos uma conferência no Instituto de Ciências Sociais em Dezembro de 2007 para a qual foi convidado um grupo de economistas entre os que mais se têm preocupado em compreender a situação actual da economia portuguesa. O convite foi mais uma vez aceite por todos aqueles que se identificaram com as vantagens do exercício proposto. A discussão havida na conferência foi extremamente viva e foi gravada para também

fazer parte deste volume. Os comentários e respostas foram depois editados pelos respectivos autores e publicados a seguir a cada capítulo. Querria aqui agradecer a disponibilidade dos intervenientes por causa da vivacidade que colocaram nas suas intervenções e também pelo esforço de publicação das mesmas intervenções.

Gostaria também de agradecer a Diogo Moreira pela ajuda nos momentos iniciais do projecto e a Álvaro Esteves pelo trabalho de acompanhamento da conferência e do debate e de transcrição das gravações. Também agradeço a Clara Valadas Preto e Margarida Bernardo pelo excelente apoio à realização da conferência. A conferência e o livro não teriam sido possíveis sem o apoio do Instituto de Ciências Sociais, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, do Banco de Portugal e da Fundação Calouste Gulbenkian. Finalmente, agradeço à Cristiana Bastos e à Clara Cabral pelo trabalho de edição do livro, assim como a um *referee* da Imprensa de Ciências Sociais.

O livro é dedicado pelo conjunto dos seus autores a José da Silva Lopes. É uma homenagem singela motivada, entre outras coisas, pelos ensinamentos que sempre se retiram das suas análises sobre a economia portuguesa, em que o pormenor não escapa à visão global, em que a leitura dos indicadores correctos para responder às perguntas importantes não dispensa a consideração de um modelo macroeconómico consistente, mesmo que apenas implícito.

Bibliografia

- Barbosa, António Pinto, org. 1999. *O Impacto do Euro na Economia Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote.
- Bento, Vítor. 2009. *Perceber a Crise para Encontrar o Caminho*. Lisboa: Bnomics.
- Franco, Francesco, org. 2008. *Challenges Ahead for the Portuguese Economy*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Lains, Pedro, e Álvaro Ferreira da Silva, orgs. 2005. *História Económica de Portugal, 1700-2000*, 3 vols. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- OCDE. 2003. *The Sources of Economic Growth in OECD Countries*. Paris: OCDE.
- O'Mahony Mary, e Bart van Ark, orgs. 2003. *EU Productivity and Competitiveness: An Industry Perspective. Can Europe Resume the Catching-up Process?* Bruxelas: Comissão Europeia.
- Pereira, Álvaro Santos. 2009. *O Medo do Insucesso Nacional*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Sapir, André, org. 2004. *An Agenda for a Growing Europe. The Sapir Report*. Oxford: Oxford University Press.